RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 21 de Novembro de 2026

Defaz aumenta representações e bloqueia mais de R$ 620 milhões em operações

CRIMES FAZENDÁRIOS

Karina Cabral | Polícia Civil - MT

A Delegacia Especializada em Crimes Fazendários (Defaz), da Polícia Civil de Mato Grosso, fechou 2025 com 12 operações realizadas, um aumento de 341% nas representações judiciais da delegacia, que passaram de 12 em 2024 para 53 em 2025.

Nessas operações, a Defaz investigou esquemas de fraudes tributárias (Rent a Business), em hortifrutigranjeiros (Hortifraude), em créditos tributários e multas decorrentes de empresas fantasmas (Falsus Granum), em empresas do segmento de combustíveis (Dívida Inflamável), entre outras.

Ao todo, foram bloqueados e sequestrados R$ 625,53 milhões. Somente na última operação do ano, Dívida Inflamável, que investigou uma empresa de combustíveis de Mato Grosso, foram bloqueados R$ 78 milhões.

Além de buscar garantir a recuperação de ativos, intensificar o combate à sonegação fiscal e desmontar esquemas milionários de fraudes, as operações da Especializada também proporcionaram a suspensão de registros de contadores, prisões preventivas e o compartilhamento de provas com órgãos federais e o Ministério Público.

A equipe da Defaz realizou 1.271 intimações, 1.857 relatórios e 578 ordens de serviço em 2025. Além disso, instaurou 50 inquéritos policiais e relatou 115, 74% a mais do que em 2024.



Segundo o delegado Valter de Melo Fonseca Júnior, titular da Defaz, em 2026 a delegacia quer manter o foco nas investigações de blindagem patrimonial.

“Garantindo que recursos desviados retornem ao erário e fortaleçam ainda mais a integração entre órgãos parceiros. Também serão ampliadas as operações conjuntas de fiscalização tributária, verificando o cumprimento das obrigações fiscais e identificando possíveis irregularidades”, afirmou o delegado.

O esperado é que haja aumento na arrecadação de tributos, recuperação de ativos desviados, redução na sonegação de impostos e fortalecimento da transparência e da integridade da gestão pública.